

Notas inflacionadas das privadas permitem ultrapassar até 450 colegas

Diferença nas classificações de acesso ao ensino superior para os alunos dos estabelecimentos públicos podem chegar a ser superiores a um valor. Escolas sem contrato de associação são as mais beneficiadas

Ensino superior
Samuel Silva

Frequentar uma escola privada no secundário permite uma subida das notas de acesso ao ensino superior que pode chegar a ser superior a um valor. Esta inflação nas classificações tem permitido a estes alunos ganhar a competição com outros colegas, permitindo-lhes ultrapassar mais de 450 colegas na lista de seriação dos candidatos em cursos mais concorridos. As conclusões são de um estudo de investigadores do Porto e tem por base os exames nacionais dos últimos 11 anos.

Pegando no exemplo do curso que teve média de acesso mais elevada no último ano lectivo, Medicina da Universidade do Porto, é possível a um aluno com uma nota inflacionada em 1 valor subir 471 posições na lista de acesso. Nesta licenciatura a nota de entrada do último candidato foi de 18,35 valores, o que corresponde ao lugar 504 da seriação. Com um valor a mais, o candidato chegaria ao lugar 33, um incremento de 93%. “A nota meio valor acima desta corresponde já ao lugar 182 da lista de acesso, representando uma subida de 64%”, aponta Gil Nata, um dos co-autores deste estudo.

Esta conclusão aplica-se de forma transversal à generalidade das licenciaturas. Os investigadores portugueses dividiram os cursos superiores por quartis, verificando o impacto do incremento das notas para as primeiras licenciaturas de cada quartil. Deste modo, concluíram que nos dez cursos com médias mais altas, os impactos das subidas das notas são “brutais”: meio valor corresponde a uma subida média de 60% na lista de acesso e um valor a uma subida de 90%.

As discrepâncias nas notas são calculadas relativamente às diferenças médias a nível nacional entre os resultados das provas nacionais (classificação externa) e aquela que lhes é atribuída nas escolas de origem (classificação interna). Para Gil Nata, não fará, por isso, sentido argumentar que é normal existirem diferenças entre as notas internas e as classificações nos exames. “As diferenças apresentadas no gráfico dizem respeito aos desvios de cada um dos tipos de escola relativamente



Estudo tem por base os exames nacionais dos últimos 11 anos

Uma reforma necessária

Investigadores da Universidade do Porto defendem mudanças no acesso ao superior

Identificada a tendência, os investigadores do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE) da Universidade do Porto entendem que é o momento de o país discutir a forma de entrada nas universidades e politécnicos.

A alternativa pode passar pela ponderação das notas de frequência ou acabar com os exames nacionais.

Gil Nata, co-autor do estudo, lança pistas para o debate a partir de propostas de vários autores.

Uma das “possíveis soluções” teria em conta os resultados deste estudo: conhecendo o desvio médio das notas de cada escola em relação aos resultados nos exames nacionais, as

classificações dos alunos deviam ser corrigidas, para melhor ou pior, introduzindo um “factor de ponderação”.

Outras alternativas passariam por reduzir o peso das classificações internas dos estudantes na fórmula de acesso ou acabar com os exames nacionais.

Alguns autores sugerem mesmo que os cursos passem a ter uma nota mínima de entrada mais baixa, podendo a solução passar por um sorteio entre os candidatos que cumprissem os requisitos.

O investigador salienta que estas “são apenas hipóteses” para começar a discutir “de forma tranquila e ponderada” uma reforma necessária no sistema de acesso ao ensino superior.

te à média dos desvios nacionais”, sublinha o investigador.

Estas conclusões constam de um artigo assinado por Gil Nata, Maria João Pereira e Tiago Neves, investigadores do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIEE) da Universidade do Porto, incluído no último número do *The International Journal of Higher Education Research*.

60%

Nos dez cursos com médias mais altas, os impactos das subidas das notas são “brutais”: meio valor corresponde a uma subida média de 60% na lista de acesso

ch, da editora Springer, uma revista internacional de referência na área das Ciências da Educação.

No artigo, os investigadores do CIEE sustentam que os estudantes das escolas privadas, que são, em regra, “mais ricos”, “beneficiam de uma vantagem injusta na competição pelos escassos lugares disponíveis no ensino superior público”. Em causa estão “diferenças muitíssimas

no significativas ao nível de acesso ao ensino superior”, explica o PÚBLICO Gil Nata. Os investigadores do CIEE do Porto analisaram mais de três milhões de classificações de estudantes durante 11 anos e concluíram que a tendência observada é transversal: “Todos os anos se verifica a mesma coisa”. O estudo oferece também “evidência científica para um problema social que já era conhecido e comentado”, refere ainda, defendendo que as conclusões agora apresentadas deveriam ser o ponto de partida para uma reflexão acerca do modelo de acesso ao ensino superior (ver caixa).

Os mesmos especialistas em Ciências da Educação tinham publicado, em Julho de 2012, no *International Journal on School Disaffection*, uma primeira versão deste estudo, no qual revelavam que as diferenças entre os estudantes das escolas públicas tinham um benefício médio de 0,5 valores em relação aos da escola pública. Nessa altura apontavam “que de forma sistemática existe um padrão de diferença entre a classificação interna e a classificação externa que tem favorecido os estudantes das escolas privadas”.

Essas conclusões são agora reforçadas, uma vez que o trabalho agora divulgado aprofunda essa reflexão, acrescentando os dados dos anos lectivos 2010/2011 e 2011/2012 e afinando a análise no que toca às escolas privadas.

O CIEE separou as escolas privadas entre aquelas que têm contrato de associação com o Estado e as escolas privadas sem qualquer relação com o sector público. O estudo concluiu que a prestação das escolas com contrato de associação fica bastante próxima da das escolas públicas, provocando uma inflação nas notas dos seus estudantes que é de apenas 0,2 valores.

A grande diferença acontece nas escolas privadas sem contrato de associação, que se distanciam bastante quer das escolas públicas, quer das privadas com contrato de associação. O incremento é sempre superior a meio valor e pode chegar, para os estudantes com notas entre o 12 e o 15, a um valor. “As escolas privadas independentes estão a beneficiar bastante mais do que as que têm contratos de associação”, aponta Gil Nata.